

Arinos pedirá nulidade da emenda Lucena

O grupo parlamentarista interpartidário poderá impugnar no plenário da Constituinte a emenda presidencialista. A alegação é de que foram aproveitadas folhas de assinaturas de diversas propostas para um único texto final.

A hipótese foi levantada durante reunião do grupo, em que foram examinadas as emendas presidencialistas de Humberto Lucena (presidente do Senado), de Edison Lobão (PFL), de Theodoro Mendes (PMDB) e de Vivaldo Barbosa (PDT). Reunidas, essas emendas deram origem a uma única proposta, com 352 assinaturas. Segundo o deputado Wilson Souza (PMDB-SC), "foram aproveitadas assinaturas de outras emendas presidencialistas para garantir o número de 352, e, assim, garantir a preferência automática para votação". A emenda do deputado Egidio Ferreira Lima, que propõe a adoção do parlamentarista, tem 341 assinaturas.

Esse procedimento dos presidencialistas foi considerado irregular e o grupo parlamentarista destacou o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) para arguir a nulidade da emenda por não atender às normas do Regimento Interno da Constituinte. As emendas aproveitadas para formar uma só pertencem, além da redigida por Lucena, outras de autoria dos deputados Edison Lobão (PFL), Theodoro Mendes (PMDB) e Vivaldo Barbosa (PDT).

Parlamentaristas traçam estratégia

Trinta constituintes examinaram ontem, na biblioteca da Câmara dos Deputados, a estratégia que deverão adotar, no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, para aprovar o parlamentarismo na futura Constituição. Durante a reunião, os parlamentaristas manifestaram otimismo quanto à perspectiva de aprovação desse sistema de Governo.

Participaram do encontro, entre outros, os senadores Jorge Bornhausen e Afonso Arinos (PFL), José Fogaça, Nelson Carneiro e José Richa (os três do PMDB); e os deputados Victor Faccioni (PDS), Sandra Cavalcanti e Saulo Queiroz (os dois do PFL), e Egidio Ferreira Lima, Ruy Nedel, Artur da Távola, Israel Pinheiro Filho e Wilson Souza, todos do PMDB. Hoje cedo, vão reunir-se os presidencialistas dos vários partidos, com o objetivo de alterar o projeto da Comissão de Sistematização da Constituinte, que aprovou o parlamentarismo, nos termos do parecer do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Entre os parlamentaristas, cresceu a convicção de que o Governo do presidente José Sarney deverá ser a última tentativa presidencialista no Brasil. Para o deputado Victor Faccioni, a recente reunião de Sarney com seu ministério e com os presidentes do Supremo Tribunal Federal (ministro Rafael Mayer), da Câmara e da Constituinte (deputado Ulysses Guimarães) e do Senado (senador Humberto Lucena), além dos líderes de partidos situacionistas em ambas as Casas (senador Saldanha Derzi e deputados Carlos Sant'Anna e José Lourenço), "constitui uma demonstração de incompetência presidencialista".

Para Faccioni, as medidas que o presidente Sarney preconizou, no encontro do Palácio do Planalto, como soluções para a crise brasileira, são absolutamente inócuas.

"Agora" — disse Faccioni — "o Governo resolveu suspender concurso para o qual estavam inscritas 800 mil pessoas. Em torno do concurso, porém, o Governo gastou milhares de cruzados em publicidade. Além disso, anunciou que deverão ser demitidos funcionários contratados irregularmente. Para que serve a Secretaria de Administração Pública, que não impediu tais nomeações? Outra coisa: vão combater, agora, a corrupção. Pois pensava que já estivessem fazendo isso, regularmente. E o que dizer do propósito de coibir também a sonegação de impostos? De minha parte, achava que essa fosse uma preocupação constante da burocracia fazendária e não um ato episódico do Governo. Por fim, falou-se na extinção do IBC, mas não se deu nenhuma satisfação aos dois rombos havidos naquele instituto, de 60 milhões de dólares, o primeiro, e de mais de 200 milhões de dólares, o segundo".

Para o constituinte do PDS gaúcho, o Governo — com essa reunião — apenas colocou os presidentes dos demais poderes em situação constrangedora.

Entre os constituintes, em geral, um dos fatores mais preocupantes era a perspectiva de inflação nos próximos meses, capaz de passar de 20% em março e de chegar a 25% em maio ou junho. Com isso, para os especialistas em questões econômicas, a situação político-institucional do País se tornará explosiva. Especialistas econômicos sustentam que o Governo está atacando a inflação sem enfrentar sua causa principal, a política de juros do Banco Central. "Podem demitir todos os funcionários do País e reduzir os gastos públicos. Mas, enquanto não mudarem a política de juros, a inflação continuará a crescer".

A margem da disputa entre parlamentaristas e presidencialistas, alguns constituintes, nas conversas de bastidores, já não falavam mais em quatro anos de mandato para Sarney, mas defendiam a entrega do poder ao presidente do STF, para que a Assembleia concluisse seu trabalho o mais cedo possível.

Defeito no painel pode atrasar promulgação



No plenário, parlamentares participam das chamadas nominais atrasando a votação das emendas

Câmara aprova hoje projeto que restringe acesso a rádio e TV

Um acordo de lideranças selado ontem assegura a aprovação, hoje, pela Câmara, em sessão a ser realizada às 09h00, do projeto do senador Afonso Camargo (PTB-PR), que proíbe o acesso ao horário gratuito de rádio e televisão aos partidos sem representatividade na bancada federal.

Para a votação também está acertado que cada legenda terá, por semestre, um programa de 60 minutos, a ser apresentado em cadeia nacional. A nível estadual, os programas somarão 60 minutos mas, para todo o ano, ficando a critério dos partidos a decisão de apresentá-los com quatro blocos de meia hora cada um ou mesmo dois

de uma hora, em cada semestre.

Para ter acesso aos programas de rádio e televisão, os partidos terão que respeitar dois critérios básicos: possuir um congressista eleito ou apresentar dez parlamentares que tenham aderido à sigla. Para os estados existem três alternativas: a obrigatoriedade de ter um deputado eleito ou pelo menos dois novos transferidos (em alguns casos, que representem 5% da Assembleia Legislativa), ou ainda que o partido tenha obtido, nas eleições, 1% da votação em todo o Estado.

Presença

O PT, PC do B e PSB consideraram a exigência de dez parlamentares federais extremamente

mamente rigorosa e alertam que isso poderá inibir o aparecimento de novas siglas partidárias. Por tratar-se de uma negociação global, estes partidos, entretanto, prometem que hoje durante a sessão, apenas marcarão presença e votarão a favor.

Aprovado pela Câmara, o projeto deve ser votado no Senado, também mediante acordo de lideranças, uma vez que os líderes do PMDB e PFL, senadores Fernando Henrique Cardoso (SP) e Carlos Chiarelli (RS) estavam presentes à reunião de ontem. A sessão para aprovação do projeto de Camargo, deverá ser marcada logo após a sessão da Câmara.

Maciel, em campanha, ataca governo Arraes

Recife — Na primeira vez em que criticou diretamente o Governo Arraes, o presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, disse ontem, em um programa de rádio local, que a administração do governador «tem frustrado o povo pernambucano, que não está vendo cumpridas as promessas de campanha». Segundo informou Maciel, em suas andanças pelo interior do estado ele tem sentido o desgasto do Executivo.

Para o presidente do PFL, as ações desenvolvidas por Arraes, notadamente aquelas relacionadas com o interior e com o combate a seca, têm decepcionado a população. Ele acha que o que chamou de «desgoverno» é uma deixa para a ação política do PFL. Maciel garante que, nas eleições municipais, a Frente Liberal vai fazer um grande número de prefeitos e vereadores, além de preparar terreno para recuperar o governo do Estado, em 1990.

As críticas de Marco Maciel também voltaram-se para o prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, ao qual, porém, não acusou diretamente, dizendo apenas que «o povo do Recife também anda cabisbaixo». Voltou a defender o nome do deputado constituinte Joaquim Francisco para a sucessão de Vasconcelos e mostrou-se bastante confiante quanto às chances de vitória dos pefelistas.

Líder garante ter 320 votos para 5 anos

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, disse ontem ter garantido 320 votos a favor dos cinco anos para o mandato do presidente Sarney. "A fixação do mandato vai ser, sem dúvida, de cinco anos", afirmou o deputado, que se preocupa agora com a finalização de pesquisa que vem fazendo entre os adeptos dos cinco anos para saber se há viabilidade em torno de um pedido de inversão de pauta de votação no plenário, com análise antecipada do mandato e do sistema de Governo.

A pesquisa, segundo o líder do Governo, deverá ser entregue ao presidente Sarney na próxima segunda-feira. Nela, o deputado consulta todos os constituintes que assinaram a emenda Matheus Lensen (PMDB-PR), que assegura cinco anos para Sarney, a respeito da possibilidade de inversão de pauta. As opiniões, admite ele, são diversificadas. "Alguns a defendem e outros optam pela votação normal, capítulo por capítulo, até que se chegue ao mandato e sistema de governo", diz Carlos Sant'Anna.

Mas, o próprio deputado admite que a inversão poderá ser desnecessária, na medida em que, segundo ele, as votações em plenário têm tido agilidade não esperada. "Se este clima se mantiver, com a votação por entendimento, acho que a inversão poderá perder sua finalidade", explicou.



Senador critica «desgoverno»

No Palácio das Princesas, sede do governo de Pernambuco, as críticas do senador foram rebatidas pelo vice-governador Carlos Wilson, que acusou Maciel de «não ter autoridade para criticar o governo Arraes». Wilson relembrou algumas ações administrativas do governo Marco Maciel, como as barragens construídas no interior. «Barragens Sonrisas», segundo o vice-governador, por se «desmancharem ao primeiro contato com a água», e o «empreguismo desenfreado».

Simon prega voto livre na Constituinte

Porto Alegre — O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, afirmou ontem não acreditar que o PMDB vote unido na Constituinte e acha isto uma atitude natural, pois, segundo ele, o primeiro compromisso de cada um é com sua consciência. Acha ainda que esta fórmula é a ideal e que cada parlamentar deveria votar independente de partido.

Simon preferiu não falar sobre a nota da CNBB dizendo que prefere aguardar o resultado da política de combate a corrupção anunciada pelo presidente Sarney. Afirmou que "a exemplo de todo o brasileiro, espero que dê certo. Ainda na semana passada, falei sobre o problema com o presidente Sarney, e ele revelou a angústia que estas questões estavam lhe trazendo".

Criticou a morosidade da Constituinte, dizendo que o acordo que está se buscando agora deveria ter sido feito desde o início. Lembrou que em todas as Constituintes da história se começou a trabalhar em cima de um texto. "No caso do Brasil havia dois, o da antiga Carta e o organizado pela Comissão dos Notáveis. Mas se escolheu um caminho totalmente diferente com a montagem de um texto totalmente novo através do debate e da participação da sociedade". Esta, para Simon tem sido a principal causa do atraso na promulgação da nova Carta.

Obstrução já prejudica os governistas

"O Senado Federal vai obstruir a concessão de empréstimos aos governadores que apoiam cinco anos de mandato para Sarney até a substituição do presidente da República por um legitimamente eleito". A informação é do senador Ruy Bacelar (PMDB-BA) pouco depois de o plenário decidir deixar para amanhã a tentativa de aprovar a concessão de 3 milhões 427 mil 456 OTN's em empréstimos para estados e municípios. "Nós obstruímos não pelo prazer de obstruir, mas porque a Casa não pode ficar de braços cruzados quando o governo discrimina os que querem quatro anos de mandato para Sarney", acrescentou o senador Ronan Tito (PMDB-MB).

Na verdade, a obstrução da votação de ontem foi provocada exatamente por um senador favorável ao mandato de cinco anos e cujo estado — o Acre — tem sido largamente beneficiado pela liberação de verbas federais, o senador Nabor Júnior (PMDB). Acontece que, prevendo que Mansueto de Lavor (PMDB-PE) ia começar a obstruir a pauta, Nabor resolveu fazê-lo antecipadamente, quando ia entrar em votação uma matéria que interessava à maioria dos que estavam no plenário. Era um requerimento do senador Jamil Haddad (PDS-RJ) para que o ministro das Comunicações explique quais os critérios que utiliza para a concessão de canais de rádio e televisão.

Artifício

No momento em que o presidente da Casa ia submeter o requerimento a votação, Nabor Júnior pediu verificação de quorum, um artifício obstrucionista fácil, visto que era evidente a falta de número em plenário. As votações foram então canceladas e 16 empréstimos deixaram de ser aprovados, dois dos quais para o próprio Acre. Tão contrariado quanto Ruy Bacelar com a negativa do Governo Federal em conceder verbas para seu estado, Mansueto de Lavor disse que os 5,5 bilhões destinados a Pernambuco, que estão sendo retidos pelo Governo Federal, custarão caro às vítimas da seca, porém mais caro ainda ao Governo Federal.

"O Senado Federal deixará de ser a Casa meramente homologatória dos atos do Governo e passaremos a obstruir outros pleitos do Palácio do Planalto", ameaçou ele. Mais inflamado, Ruy Bacelar contou que o presidente Sarney demitiu de cargos públicos pessoas de sua amizade, na Bahia, a partir do momento em que se posicionou por um mandato de quatro anos. Entre os demitidos, ele citou: Manoel Bonfim, ex-diretor regional do DNOCS, João Carlos Bacelar, (seu sobrinho), ex-diretor da Fundação Educac e José Leão Carneiro, ex-delegado regional do MEC.

Ele acusou também os ministros Antônio Carlos Magalhães e Prisco Viana de estarem fazendo um Governo paralelo na Bahia, despachando com prefeito e liberando verbas, sem o conhecimento do governador Valdir Pires. Ele diz que o Governo está usando "o dinheiro minguado do povo para corromper consciências em favor dos cinco anos de mandato".

O painel eletrônico da Câmara, que havia quebrado na segunda-feira, não voltou mais a funcionar e atrasou em muito o processo de votação da Constituinte, que ontem só aprovou cinco parágrafos do projeto de Constituição, e rejeitou duas emendas. As votações foram realizadas por chamada nominal e cada uma durou em média 1 hora. A emenda do deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), que considera a prática do racismo como crime inafiançável, foi o maior destaque da sessão e quase obteve a unanimidade: 519 constituintes votaram a favor, 3 contra e uma abstenção. A quebra do painel deverá atrasar mais ainda a conclusão do texto da nova Carta. A permissão é de que ele volte a funcionar só dentro de dez dias.

Desde que começou a funcionar, na época da Comissão de Sistematização, o painel vem tendo defeitos. Agora, na fase de plenário, onde tem sido registrada uma média de comparecimento de 500 constituintes, ele não resiste. Já a partir das primeiras sessões, a maioria dos nomes dos parlamentares não era computado, obrigando a muitos se deslocarem até os postos avulsos em frente a Mesa para registrarem seus votos. Ontem, antes do início da sessão, todos já sabiam que o processo de votação seria longo e cansativo.

Apesar do atraso, a votação foi tranqüila, pois a maioria dos itens do capítulo I do Título II, que trata dos direitos individuais e coletivos, estava no acordo entre as diversas

lideranças da Constituinte. O único incidente registrado foi um bate-boca entre o senador José Fogaça (PMDB-RS) e o deputado Gastone Righi (PTB-SP).

Fogaça reagiu quando o líder do PTB protestou e pediu que o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), tomasse providências em relação a prisão do deputado petebista Mendes Botelho, que é presidente do Sindicato dos Ferroviários de São Paulo, na segunda-feira por fazer parte do piquete da sua categoria. Righi considerou a greve justa e neste momento Fogaça aproveitou a oportunidade para dizer que o líder do PTB tinha assinado uma emenda proibindo a greve no serviço público. A reação de Gastone Righi foi chamar Fogaça de «senador menor» e por pouco parlamentares peemedebistas e petebistas brigam no plenário.

A surpresa do dia ficou por conta do deputado José Lourenço (PFL-BA), que defendeu a emenda do deputado Carlos Alberto Caó, tornando crime inafiançável o racismo, lendo um poema de Castro Alves, conhecido como poeta dos escravos. Só não votaram na emenda os deputados Ziza Valadares (PMDB-MG), Sadié Hauache (PFL-AM) e Sérgio Werneck (PMDB-MG).

A outra emenda aprovada garante a livre manifestação de pensamento, vedado o anonimato e assegura o sigilo da fonte quando necessário ao exercício da profissão.

Técnico traz peça da Alemanha

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, reafirmou ao deputado Cunha Bueno (PDS-SP), quarto secretário da mesa diretora da Câmara dos Deputados, que «amanhã (hoje) chega da Alemanha, com a peça que quebra, no computador do painel de votações daquela casa, o técnico da empresa que o instalou». Ulysses deu a entender ao deputado pedesta que o equipamento estará reparado em poucas horas.

Essa versão, no entanto, não coincidia com as previsões dos serviços de engenharia da Câmara, que admitiam, ontem, serem necessários cinco ou seis dias para restabelecer o funcionamento do

painel de votações.

Nas votações nominais controvertidas, feitas ontem, cada chamada da Mesa da Constituinte demandou cerca de duas horas. Além da demora, o processo de votação nominal apresentou ainda mais dois inconvenientes, a juízo da Mesa que presidia os trabalhos: os constituintes iam revelando a tendência dos resultados, à medida que votavam, criando, com isso, a possibilidade de alguns votantes ficarem em cima do muro; além disso, ao contrário do que sucede nas votações mecânicas, alguns votantes, embora tivessem declarado seus votos em voz alta, tentaram retificá-los posteriormente, o que não é permitido pelo regimento da Assembleia.

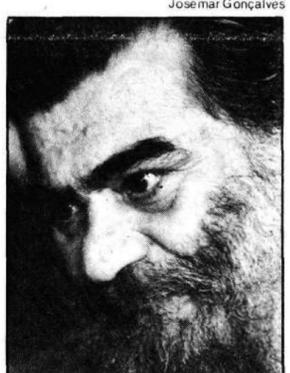
Righi critica painel e vê sistema já obsoleto

O líder do PTB e um dos coordenadores do Centrão deputado Gastone Righi (SP), classificou ontem de «incompetência, mau uso do dinheiro público» e até de «corrupção» a manutenção nos últimos anos do sistema de votação eletrônico do plenário da Câmara dos Deputados que está sendo usado para a realização das sessões da Constituinte.

Segundo o parlamentar, a reforma do painel eletrônico já custou, nos últimos quatro anos, dez vezes o valor do aparelho. Por sua vez, a deputada Irma Passoni (PT-SP), que ocupa o cargo de suplente da Mesa da Câmara, informou que foram gastos Cr\$ 80 milhões com a adaptação do sistema.

Gastone Righi explica que a culpa dos defeitos do painel não é do aparelho, mas de quem fez sua instalação. «Este é um computador obsoleto que foi sendo adaptado nos últimos anos. Acho que temos no Brasil tecnologia mais avançada de quarta ou quinta geração que poderia tranquilamente resolver o problema das votações em plenário», assegurou o parlamentar.

Cartão Ele lembrou que na legislatura passada levantou uma questão de ordem, em plenário, pedindo para que fosse instalado um sistema de cartões magnéticos como os utilizados pelos bancos brasileiros. Ele destacou que o sistema é antigo e



Gastone Righi (PTB-SP)

foi sendo reaproveitado de forma que está saindo mais caro do que a compra de um novo.

De acordo com a deputada Irma Passoni, o painel de votação foi comprado da Telefunken alemã que mais tarde se transformou na empresa AEG. Irma foi informada pela Mesa da Constituinte que não foi possível instalar um novo sistema devido ao pouco tempo que a Casa tinha para aprontar o plenário visando as votações do texto constitucional.

A nova Carta

Eis a íntegra do que foi aprovado ontem:
Título II — Dos Direitos e Garantias Fundamentais
Capítulo I — Dos Direitos Individuais e Coletivos.
Artigo 6º — (...)
Parágrafo 1º — (...)
Parágrafo 2º — A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais. A prática do racismo constitui crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
Parágrafo 3º — A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
Parágrafo 4º — A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito ou coisa julgada.
Parágrafo 5º — E livre a

manifestação do pensamento, vedado o anonimato. E assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional. E assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

Parágrafo 6º — E inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, proteção aos locais de culto e às suas liturgias particulares.

Parágrafo 7º — E livre a locomoção no território nacional em tempo de paz e, respeitados os preceitos legais, qualquer pessoa poderá nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

Constituintes votam o aborto

A votação de hoje na Constituinte também deverá ser lenta, já que não haverá tempo para que o painel eletrônico fique pronto a tempo. A polêmica certamente dominará a sessão, pois o deputado José Genoíno (PT-SP) tem uma emenda que garante o aborto até os três meses de gravidez na rede de saúde pública.

O segundo tema crítico será a inclusão do terrorismo como crime

inafiançável e imprescritível ao lado da tortura e do tráfico de drogas. Esse é um dos quatro pontos do Capítulo I do Título II e as lideranças da Constituinte não chegaram ainda a um acordo.

Os progressistas não aceitam que o terrorismo seja igualado, em termos de criminalidade, à tortura e ao tráfico de drogas e o «Centrão» quer que as três fiquem no mesmo parágrafo.